

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL
PORTO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE
2017

DENOMINAÇÃO SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AZURARA

MORADA Rua Dr. Américo Silva – Apartado 191

N. ANDAR LOCALIDADE Azurara

FREGUESIA Azurara

CONCELHO Vila do Conde

COD. POSTAL 4481-911

EM ____ / ____ / ____

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Azurara, 08/03/2018 Azurara 27 de Março, 2018

ASSINATURAS

ASSINATURA DO PRESIDENTE

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE AZURARA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte : 501538810

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 322 049,92	1 241 528,05
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	11.1	1 596,30	1 061,13
Outros Créditos e ativos não correntes	4	0,00	113 950,25
		1 323 646,22	1 356 539,43
Activo corrente			
Inventários	6	1 032,69	1 129,26
Créditos a receber	11.3	5 617,50	1 854,00
Estado e outros entes públicos	11.9	1 078,49	8 400,28
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11.2	187,50	95,00
Diferimentos	11.5	1 650,83	1 696,24
Outros ativos correntes	11.4	101,86	352,13
Caixa e depósitos bancários	11.6	816 315,77	720 980,91
		825 984,64	734 507,82
Total do ativo		2 149 630,86	2 091 047,25
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.7	122 843,61	122 843,61
Resultados transitados	11.7	1 342 450,80	1 366 809,16
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11.7	521 360,12	533 484,77
		1 986 654,53	2 023 137,54
Resultado líquido do período		76 828,01	-24 358,36
Total dos fundos patrimoniais		2 063 482,54	1 998 779,18
Passivo			
Passivo não corrente			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	11.8	2 085,61	4 033,75
Estado e outros entes públicos	11.9	9 888,93	10 186,07
Diferimentos	11.5	500,00	835,36
Outros passivos correntes	11.10	73 673,78	77 212,89
		86 148,32	92 268,07
Total do passivo		86 148,32	92 268,07
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 149 630,86	2 091 047,25

A Direção

Contabilista Certificado

A Direção

João José da Silva
Antônio Luiz da Silva
Tomás da Silva
Justino dos Santos
Alberto da Silva
Mônica da Silva
Eduardo dos Santos

Contabilista C

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE AZURARA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte 501538810

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 017	2 016
Vendas e serviços prestados	7	201 812,00	182 977,83
Subsídios, doações e legados à exploração	8/11.11	372 624,15	344 431,45
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-29 044,08	-25 945,30
Fornecimentos e serviços externos	11.12	-78 847,71	-89 204,58
Gastos com o pessoal	9	-379 251,63	-415 154,16
Outros rendimentos	11.13/15	29 013,34	38 138,23
Outros gastos	11.14	-5 376,02	-14 478,51
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		110 930,05	20 764,96
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	-34 069,64	-45 123,30
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		76 860,41	-24 358,34
Juros e gastos similares suportados	11.15	-32,40	-0,02
Resultados antes de impostos		76 828,01	-24 358,36
Resultado líquido do período		76 828,01	-24 358,36

A Direção

Contabilista Certificado

António João António Delgado
Domingos António Gonçalves Machado
Luís António Gomes
Augusto Espírito Santo Pereira
Alberto da Silva Aguiar
João Silva Castanheira
Eduardo José dos Santos Gomes

[Assinatura]

Entidade: SANTA CASA DA MISERICORDIA DE AZURARA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 501538810

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Creche	Pré-escolar	Irmandade	PERÍODOS	
					2017	2016
Vendas e serviços prestados	7	106 184,40	94 626,10	1 001,50	201 812,00	182 977,83
Custo das vendas e dos serviços prestados	6/9	-233 243,59	-175 052,12	0,00	-408 295,71	-441 099,46
Resultado Bruto		-127 059,19	-80 426,02	1 001,50	-206 483,71	-258 121,63
Outros Rendimentos	8/11,13/11,13/11,15	218 527,45	166 411,59	16 698,45	-401 637,49	382 569,68
Gastos administrativos	4/5/11,12	-44 533,79	-59 176,64	-9 206,92	-112 912,35	-131 248,15
Outros Gastos	11,14	-186,08	-186,08	-5 003,86	-5 376,02	-17 558,24
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-46 748,39	26 622,85	3 489,17	76 860,41	-24 358,34
Gastos de financiamento (líquidos)	11,15	-16,21	-16,19	0,00	-32,40	-0,02
Resultado antes de impostos		-46 732,18	26 606,66	3 489,17	76 828,01	-24 358,36
Resultado líquido do período		-46 732,18	26 606,66	3 489,17	76 828,01	-24 358,36

[Handwritten signature]

[Handwritten signatures and initials: C. Gomes, AGA, uf]

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE AZURARA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		196 606,83	181 622,33
Pagamentos de apoios		-4 988,68	-11 874,72
Pagamentos a fornecedores		-107 702,67	-218 132,29
Pagamentos ao pessoal		-241 013,52	-274 552,61
Caixa gerada pelas operações		-157 098,04	-322 937,29
Outros recebimentos/pagamentos		249 691,00	225 010,92
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		92 592,96	-97 926,37
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-4 306,83	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		3 235,77	7 182,36
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-1 071,06	7 182,36
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		4 724,39	4 430,20
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-911,43	-894,92
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		3 812,96	3 535,28
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		95 334,86	-87 208,73
Caixa e seus equivalentes no início do período		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		720 980,91	808 189,64
		816 315,77	720 980,91

A Direção

António Sérgio da Silva
António Sérgio da Silva
António Sérgio da Silva
António Sérgio da Silva
António Sérgio da Silva
António Sérgio da Silva
António Sérgio da Silva

Contabilista Certificado

Contabilista Certificado

Handwritten signatures and initials:
1. A signature that appears to be "Alfredo" with "14" written below it.
2. The initials "ASA".
3. A signature that appears to be "Ribeiro".

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AZURARA

Anexo
Demonstrações Financeiras
2017

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	12
5	Ativos Intangíveis	13
6	Inventários	13
7	Rédito	13
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	14
9	Benefícios dos empregados	14
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	15
11	Outras Informações	16
11.1	Investimentos Financeiros	16
11.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	16
11.3	Créditos a receber	16
11.4	Outros ativos correntes	16
11.5	Diferimentos	16
11.6	Caixa e Depósitos Bancários	17
11.7	Fundos Patrimoniais	17
11.8	Fornecedores	17
11.9	Estado e Outros Entes Públicos	17
11.10	Outros Passivos Correntes	17
11.11	Subsídios, doações e legados à exploração	18
11.12	Fornecimentos e serviços externos	18
11.13	Outros rendimentos e ganhos	18
11.14	Outros gastos e perdas	18
11.15	Resultados Financeiros	19
11.16	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	19
11.17	Acontecimentos após data de Balanço	19

1 Identificação da Entidade

A "SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AZURARA" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Instituição Particular de Solidariedade Social", registada na Direção-Geral da Ação Social no livro 2 das Irmandades da Misericórdia, folhas 26 e verso, em 19/09/1985, com sede na Rua Dr. Américo Silva - Apart.191, Azurara – Vila do Conde. Tem os seguintes objetivos:

- Promover a colaboração e o melhor entendimento com as autoridades e população locais em tudo que respeite à manutenção e desenvolvimento das obras sociais existentes, designadamente através de atuações de caráter dinamizador, cultural e recreativo;
- Apoio à família e a proteção à infância e à velhice, através da criação e manutenção de Lares, Centros de Dia, Creches e Jardins de Infância e serviço domiciliário;
- Promoção e proteção da saúde.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas. As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da Informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6
Ferramentas e utensílios	4
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as comparticipações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador. Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às comparticipações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.5 Inventários

Os "Inventários" estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - o Alterações no risco segurado;
 - o Alterações na taxa de câmbio;

- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro ~~resulte~~ numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando adições, abates e alienações, depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas da seguinte forma:

Descrição	31-12-2016	Adições	Abate	Transferência	31-12-2017
Terrenos e recursos naturais	154.128,55				154.128,55
Edifícios e outras construções	1.308.435,04			153.986,74	1.462.421,78
Equipamento Básico	95.562,81	284,05			95.846,86
Equipamento de Transporte	22.650,00				22.650,00
Equipamento Administrativo	4.260,71				4.260,71
Equipamento Informático	6.685,24	120,83			6.806,07
Ferramentas e utensílios	1.639,54	236,38			1.875,92
Outros ativos fixos tangíveis	28.462,87				28.462,87
Ativo Tangível Bruto	1.621.824,76	641,26	0,00	153.986,74	1.776.452,76
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e outras construções	227.642,02	32.115,79		40.036,49	299.794,30
Equipamento Básico	91.883,60	1.056,67			92.940,27
Equipamento de Transporte	22.650,00				22.650,00
Equipamento Administrativo	3.407,33	173,57			3.580,90
Equipamento Informático	5.460,70	384,58			5.845,28
Ferramentas e utensílios	1.371,03	134,03			1.505,06
Outros ativos fixos tangíveis	27.882,03	205,00			28.087,03
Depreciações Acumuladas	380.296,71	34.069,64	0,00	40.036,49	454.402,84
Ativo Tangível Líquido	1.241.528,05	301.411,62	0,00	113.950,25	1.322.049,92

Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2016 e 2017, foram os seguintes:

Descrição	31-12-2016	Adições	Abate	Transferência	31-12-2017
Edifícios e outras construções	153.986,74			-153.986,74	0,00
Propriedades Investimento Bruto	153.986,74	0,00	0,00	-153.986,74	0,00
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e outras construções	40.036,49			-40.036,49	0,00
Depreciações Acumuladas	40.036,49	0,00	0,00	-40.036,49	0,00
Propriedades Investimento Líquido	113.950,25	0,00	0,00	-113.950,25	0,00

As Propriedades de Investimento foram reclassificadas como ativos fixos tangíveis, em cumprimento da alteração prevista na norma que vigora a partir do período de 01/01/2016.

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando adições, abates e alienações, amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas da seguinte forma:

Descrição	31-12-2016	Adições	Abate	Transferência	31-12-2017
Programas de computador	5.762,32				5.762,32
Ativo Intangível Bruto	5.762,32	0,00	0,00	0,00	5.762,32
Depreciações Acumuladas					
Programas de computador	5.762,32				5.762,32
Depreciações Acumuladas	5.762,32	0,00	0,00	0,00	5.762,32
Ativo Intangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016				2017			
	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	
matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.252,50	21.056,25	4.765,81	1.129,26	19.841,42	9.106,09	1.032,69	
Total	1.252,50	21.056,25	4.765,81	1.129,26	19.841,42	9.106,09	1.032,69	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				25.945,80			29.044,08	

7 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Prestação de Serviços	201.812,00	182.977,83
Quotas de utilizadores	200.810,50	181.967,33
Quotas e joias	1.001,50	1.010,50
Outros Réditos	3.235,77	7.182,36
Juros e rendimentos aplicações financeiras	3.235,77	7.182,36
Total	205.047,77	190.160,19

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	31.12.2017			31.12.2016		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	356.444,31	0,00	0,00	333.470,99
IEFP	Não reembolsável	0,00	0,00	335,36	0,00	0,00	474,79
C M Vila Conde	Não reembolsável	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
PARES (Ativos Fixos Tangíveis – Edifício)	Não reembolsável	299.847,34	0,00	6.973,19	306.820,53	0,00	6.973,19
PARES (Ativos Fixos Tangíveis – Equipamento)	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.210,94
DREN (Ativos Fixos Tangíveis – Edifício)	Não reembolsável	216.720,00	0,00	5.040,00	221.760,00	0,00	5.040,00
DREN (Ativos Fixos Tangíveis – Equipamento)	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.205,90
C M Vila Conde (Ativos Fixos Tangíveis – Edifício)	Não reembolsável	4.792,78	0,00	111,46	4.904,24	0,00	111,46
TOTAL		521.360,12	0,00	370.904,92	533.484,77	0,00	349.487,27

9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2017 e 2016, foram de "13". No período de 2017 mantiveram-se os Órgãos Sociais eleitos para o quadriénio 2016/2019, que têm a seguinte composição:

Assembleia Geral

Presidente – Ventura Alberto Silva Saraiva;

Vice-Presidente – Ana Paula Felgueiras Andrade;

Secretário – Joana Isabel Lapa Cunha Freitas.

Mesa Administrativa

Provedor – António José da Costa e Silva de Magalhães;

Vice-Provedor – Domingos António Salgado Machado;

Secretário – Tomás Manuel Magalhães Costa e Silva;

Tesoureiro – Justino Torcato Pereira Machado;

1º Vogal – Alberto da Silva Azevedo;

2º Vogal – Joaquim da Silva Maia;

3º Vogal – Eduardo José Santos Ferreira.

Conselho Fiscal

Presidente – António Luís Maia de Freitas;

Vice-Presidente – António Gomes de Araújo;

Secretário – Maria Alice Ferreira Carneiro.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 e em 31/12/2017 foram de "26".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações ao pessoal	303.921,54	300.999,37
Indemnizações	1.321,36	38.257,81
Encargos sobre as Remunerações	67.499,92	65.931,53
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3.501,31	3.276,45
Outros Gastos com o Pessoal	2.256,30	5.976,68
IEFP – Estagiários (CEI/CEI+)	751,20	712,32
Total	379.251,63	415.154,16

Os Voluntários ao serviço da instituição no ano 2017 são os seguintes:

Voluntários	Funções desempenhadas	N.º horas anuais
2	Apoio ao Culto	520
7	Zeladora da Igreja	500
3	Zeladora da Capela Passos	150
2	Apoio/Manutenção no Jardim Escola	100
4	Apoio social e educativo no Jardim Escola	600

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Investimentos Financeiros

No período de 2017 e 2016 a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2017	2016
Outros Investimentos Financeiros		
Fundo Compensação do Trabalho	1.596,30	1.061,13
Total	1.596,30	1.061,13

11.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Quotas	187,50	95,00
Total	187,50	95,00

11.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	5.617,50	1.854,00
Total	5.617,50	1.854,00

11.4 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Entidades do Setor Público Administrativo - IEFP	101,86	352,13
Total	101,86	352,13

11.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1.650,83	1.696,24
Total	1.650,83	1.696,24
Rendimentos a Reconhecer		
Rendas recebidas antecipado	500,00	500,00
IEFP	0,00	335,36
Total	500,00	835,36

11.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	245,84	4.865,52
Depósitos à ordem	173.028,26	33.932,22
Depósitos a prazo	643.041,67	682.183,17
Total	816.315,77	720.980,91

11.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	122.843,61	0,00	0,00	122.843,61
Resultados transitados	1.366.809,16	0,00	24.358,36	1.342.450,80
Outras variações nos fundos patrimoniais	533.484,77	0,00	12.124,65	521.360,12
Total	2.023.137,54	0,00	36.483,01	1.986.654,53

11.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	2.085,61	4.033,75
Total	2.085,61	4.033,75

11.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.078,49	8.400,28
Total	1.078,49	8.400,28
Passivo		
Imposto sobre Rendimentos Pessoas Singulares (IRS)	2.323,75	2.523,75
Segurança Social	7.512,72	7.614,99
Fundo Compensação do Trabalho	52,46	47,33
Total	9.888,93	10.186,07

11.10 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Adiantamentos de clientes e utentes		20,83		461,00
Fornecedores de investimentos		17.227,33		21.534,16
Credores por acréscimo de gastos		55.549,47		53.189,09
Entidades do Setor Público Administrativo		876,15		2.028,64
Total	0,00	73.673,78	0,00	77.212,89

11.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	358.779,67	333.945,78
Doações e heranças – Donativos	13.844,48	10.485,67
Total	372.624,15	344.431,45

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

11.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Serviços especializados	28.803,81	32.049,52
Materials	4.087,97	3.955,74
Energia e fluidos	15.957,15	16.474,41
Deslocações, estadas e transportes	2.079,04	3.365,25
Serviços diversos	23.781,31	25.762,42
Encargos com utentes	4.138,43	7.597,24
Total	78.847,71	89.204,58

11.13 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Outros rendimentos e ganhos	25.777,57	30.955,87
Rendimentos Suplementares	60,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	13.242,37	15.073,75
Outros rendimentos e ganhos	12.475,20	15.882,12
Juros e rendimentos similares	3.235,77	7.182,36
Juros obtidos	3.235,77	7.182,36
Total	29.013,34	88.138,23

11.14 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	12,16	480,55
Outros Gastos e Perdas	4.525,00	10.777,49
Apoios concedidos a associados e utentes	838,86	3.220,47
Total	5.376,02	14.478,51

11.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	32,40	0,02
Total	32,40	0,02
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	3.235,77	7.182,36
Total	3.235,77	7.182,36
Resultados Financeiros	3.203,37	7.182,34

11.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano 2017, foi a seguinte:

Creche – 66 utentes;

Pré-Escolar – 64 utentes.

11.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

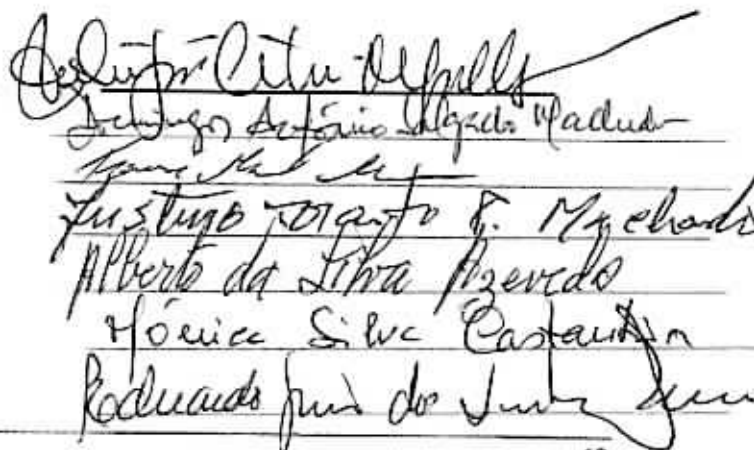
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Azurara, 31 de Dezembro de 2017

O Contabilista Certificado



A Direção



Augusto António Almeida Madalena
 Augusto Jorge J. Machado
 Alberto da Silva Almeida
 Hércula Silva Castanheira
 Rodolfo José do Santos



SANTA CASA
DE MISERICÓRDIA
DE AZURARA

INSTITUÍDA EM 1586

SEDE: Rua Dr. Américo Silva – Apart. 191
4481-911 AZURARA

JARDIM ESCOLA
Trav. Gaspar Manuel, 56 - Apart. 191
4481-911 VILA DO CONDE

Telex/Fax: 252 631 890 - 918 793 739
Email: misericórdia.de.azurara@sapo.pt

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Prezadas Irmãs e Irmãos,

O Conselho Fiscal da Santa Casa de Misericórdia de Azurara, no uso das competências legais e estatutárias, vem apresentar o seu Parecer sobre o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2017.

Teve presente os registos contabilísticos elaborados pelo Técnico Oficial de Contas, do Gabinete de Contabilidade Cálculo 3S e demais documentação. O Resultado Líquido do Período apresenta o valor positivo de 76.828,01 euros (setenta e seis mil oitocentos e vinte e oito euros e um cêntimo).

Assim sendo, decidiu este Órgão emitir o respetivo **Parecer favorável** com vista à apresentação em Assembleia Geral de Irmãos quanto ao Relatório de Atividades e à Conta de Gerência relativos ao ano de 2017.

Azurara, aos 21 de março de 2018.

O Presidente,

António Luís Maia de Freitas

O Vice-Presidente,

António Gomes de Araújo

A Secretária,

Maria Alice Ferreira Carneiro



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AZURARA

CONVOCATÓRIA

A teor do § 2.º, alínea b) do Art.º 23.º, do Compromisso desta Irmandade da Misericórdia de Azurara, tenho a honra de convocar os Irmãos a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária nos termos do § 1.º do Art.º 22.º, no dia **27 de março de 2018**, às **20,45 horas**, na Sala de Sessões desta Irmandade, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Apreciação e votação das Contas de Gerência do exercício de 2017, bem como do Relatório de Atividades e respetivo Parecer do Definitório e demais documentos previstos na Lei;**
- 2 – Meia hora para assuntos com interesse para a Instituição.**

Se à hora marcada não se encontrar o número legal de Irmãos, prevê o § 1.º do Art.º 24.º que a mesma iniciar-se-á, trinta minutos depois, com os que estiverem presentes.

Azurara, 03 de março de 2018.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

VENTURA ALBERTO SILVA SARAIVA